

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DA 1ª REVISÃO DO PDM DE CANTANHEDE

RELATÓRIO AMBIENTAL – RESUMO NÃO TÉCNICO

FASE 4 | RESUMO NÃO TÉCNICO

Revisão 01

Maio 2015

CÂMARA MUNICIPAL DE CANTANHEDE

Praça Marquês de Marialva • 3060-133 CANTANHEDE

Tel.: (+351) 231 410 100

Fax: (+351) 231 410 199

geral@cm-cantanhede.pt

<http://www.cm-cantanhede.pt>



ÍNDICE

1	INTRODUÇÃO	1
2	OBJETIVOS E METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA	1
2.1	FASE 2 RELATÓRIO AMBIENTAL PRELIMINAR	2
2.2	FASE 3 RELATÓRIO AMBIENTAL E RESUMO NÃO TÉCNICO	2
2.3	FASE 4 RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL E DECLARAÇÃO AMBIENTAL	2
3	OBJETO DE AVALIAÇÃO	3
4	FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO	7
4.1	QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	7
4.2	QUESTÕES ESTRATÉGICAS	7
4.3	FCD, CRITÉRIOS E DIMENSÕES DE ANÁLISE/INDICADORES DE PARA A AAE	8
5	EFEITOS SIGNIFICATIVOS NO AMBIENTE	16
5.1	BIODIVERSIDADE E FLORA	16
5.2	POPULAÇÃO	16
5.3	SAÚDE HUMANA	17
5.4	BENS MATERIAIS	17
5.5	ÁGUA	17
5.6	SOLO	18
5.7	ATMOSFERA	18
5.8	PAISAGEM	18
6	BREVE ENQUADRAMENTO DO MUNICÍPIO DE CANTANHEDE	19
7	ANÁLISE SWOT DOS FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO – SITUAÇÃO TENDENCIAL	20
8	AVALIAÇÃO DAS OPORTUNIDADES E RISCOS PARA OS FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO	22
8.1	DIRETRIZES PARA O SEGUIMENTO	25
9	QUADRO DE GOVERNANÇA PARA A AÇÃO	26
10	CONCLUSÃO	27

1 INTRODUÇÃO

O presente Relatório constitui Resumo Não Técnico do processo de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) da Revisão do Plano Diretor Municipal de Cantanhede.

Os Instrumentos de Gestão Territorial estão sujeitos ao regime de AAE, definido pelo Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, de acordo com o Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, na sua redação atual. De acordo o Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, “a avaliação ambiental de planos e programas pode ser entendida como um processo integrado no procedimento de tomada de decisão, que se destina a incorporar uma série de valores ambientais nessa mesma decisão.”

O objetivo da elaboração da AAE de Planos é fornecer dados, informação aos responsáveis pela elaboração do Plano, facilitando o processo de planeamento do mesmo. Através desta avaliação pretende-se produzir um Plano melhor, onde sejam integradas as dimensões Ambiente e Sustentabilidade, contribuindo para a melhoria das práticas de Gestão Territorial.

2 OBJETIVOS E METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

O objetivo da elaboração da AAE da Revisão do Plano Diretor Municipal de Cantanhede é fornecer dados, informação aos responsáveis pela elaboração do Plano, facilitando o processo de planeamento do mesmo. Através desta avaliação pretende-se produzir um Plano melhor, onde sejam integradas as dimensões **Ambiente e Sustentabilidade**, contribuindo para a melhoria das práticas de Gestão Territorial, de modo a poder desempenhar o seu principal objetivo, **garantir que os efeitos ambientais das soluções adotadas no Plano são tomados em consideração durante a sua elaboração, assegurando uma abordagem estratégica da ação de planeamento**.

O Plano Diretor Municipal de Cantanhede teve a sua 1ª publicação em novembro de 1994, tendo sido sujeito a quatro alterações, tendo a última decorrido em fevereiro de 2013. Atendendo à legislação em vigor, será possível “identificar, descrever e avaliar eventuais efeitos significativos no ambiente resultante da aplicação do plano”, e, sempre que possível, formular “alternativas razoáveis” bem como a adoção de “soluções inovadoras mais eficazes e sustentáveis”, e desta forma desempenhar o objetivo da AAE.

A metodologia desenvolvida para a AAE da Revisão do Plano Diretor Municipal de Cantanhede tem por base o “Guia de Boas Práticas para a Avaliação Ambiental Estratégica” e “Guia da Avaliação Ambiental dos Planos Municipais de Ordenamento do Território”. O esquema da Figura 1 apresenta as várias fases do processo de AAE da Revisão do Plano Diretor Municipal de Cantanhede, onde se destacam 3 Fases:

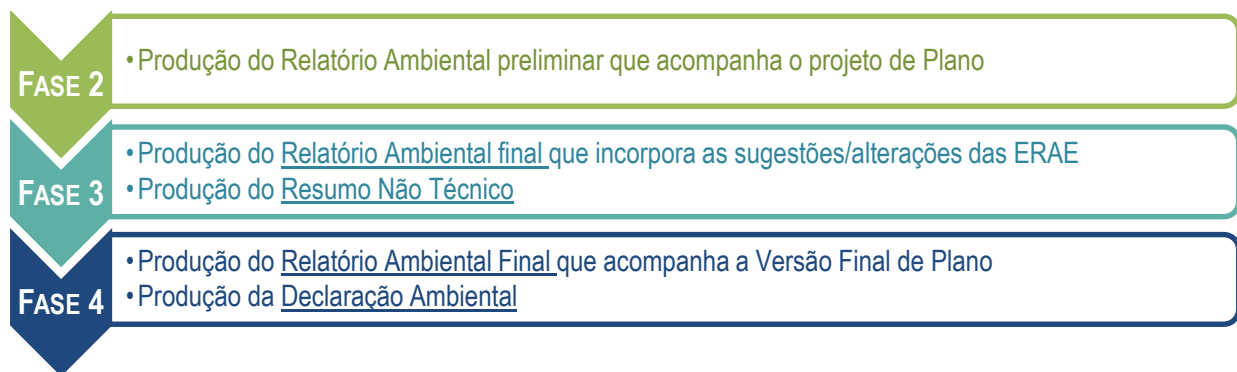


Figura 1| Faseamento do processo de Avaliação Ambiental Estratégica da Revisão do PDM de Cantanhede.

2.1 FASE 2 | RELATÓRIO AMBIENTAL PRELIMINAR

Esta fase de trabalho tem como objetivo a produção do Relatório Ambiental preliminar que acompanha o projeto de Plano para efeitos de apreciação em sede da Comissão de Acompanhamento.

Tendo em conta que já foi elaborada a primeira fase do procedimento de AAE relativo à definição do âmbito e alcance, sobre o qual foram emitidos pareceres pelas Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas (ERAE), a presente Fase de trabalho inicia-se com a apreciação e incorporação das respostas ao mesmo em sede do Relatório Ambiental preliminar.

O objetivo desta Fase é partir da análise das opções de ordenamento desenvolvidos em sede da Revisão do PDM de Cantanhede, relativamente aos Fatores Críticos para a Decisão já definidos e respetivas dimensões de análise/indicadores, analisar as oportunidades e riscos em termos ambientais e de sustentabilidade, relativamente ao cenário de desenvolvimento e de ordenamento estratégico.

Para cada Fator Crítico de Decisão será efetuada uma análise de tendência dos mesmos na área de intervenção, de acordo com os indicadores definidos, para o cenário de desenvolvimento e de ordenamento. Será efetuada uma análise das oportunidades e riscos das opções de ordenamento do Plano relativamente aos Fatores Críticos para a Decisão definidos. Este exercício terá o intuito de escolher as melhores estratégias e soluções de desenvolvimento que assegurem a sustentabilidade da área de intervenção.

Através da informação proveniente até este momento do processo de Avaliação Ambiental Estratégica, serão desenvolvidas medidas de controlo de modo a prevenir, evitar e/ou reduzir os efeitos adversos que possam surgir da implementação do Plano.

Toda a informação pertinente e recolhida até este momento será materializada no Relatório Ambiental Preliminar que será objeto de consulta das ERAE em sede da reunião da Comissão de Acompanhamento.

2.2 FASE 3 | RELATÓRIO AMBIENTAL E RESUMO NÃO TÉCNICO

Com a apresentação do Relatório Ambiental preliminar às ERAE que compõem a Comissão de Acompanhamento e decorrente dos seus pareceres, poderá haver necessidade de se proceder a um período de concertação, o que implicará novos ajustes ao relatório ambiental produzido.

Assim, o objetivo desta fase é produzir o Relatório Ambiental que incorpora as sugestões/alterações decorrentes dos pareceres das ERAE. Por outro lado, nesta Fase será elaborado o Resumo Não Técnico que acompanha o Relatório Ambiental para efeitos de submissão destes documentos ao procedimento de Consulta Pública, que decorre em paralelo com a Discussão Pública dos conteúdos do Plano.

2.3 FASE 4 | RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL E DECLARAÇÃO AMBIENTAL

Após o período de Consulta Pública, e decorrente da ponderação das participações dos particulares é produzido o Relatório Ambiental Final que acompanha a Versão Final de Plano para efeitos de aprovação em sede da Assembleia Municipal.

É sugerido pela Direção Geral do Território que seja redigida a Declaração Ambiental, documento exigido pelo Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, em momento anterior à aprovação do Plano, acompanhando a proposta de Plano e o Relatório Ambiental Final a submeter à aprovação da Assembleia Municipal.

Assim, aprovado o Plano e respetivo Relatório Ambiental, a Declaração Ambiental será enviada à Agência Portuguesa do Ambiente

e posteriormente publicada na página da Internet da entidade responsável pela elaboração do Plano e ainda na página da Internet da Agência Portuguesa do Ambiente.

3 OBJETO DE AVALIAÇÃO

A Revisão do Plano Diretor Municipal de Cantanhede e os seus objetivos e intenções constitui o objeto da presente Avaliação Ambiental Estratégica. Assim, são apresentados os principais objetivos a que este processo de Revisão pretende dar resposta:

- a) Reestruturação espacial do território municipal, atendendo às diferentes dinâmicas de povoamento, evitando a fragmentação territorial;
- b) Identificação e avaliação dos elementos estruturantes do território;
- c) Definição de critérios e mecanismos de gestão fundiária;
- d) Revisão da delimitação das classes de espaço, visando a clarificação pontual dos conceitos que estão na base da delimitação das mesmas;
- e) Compatibilização do PDM com outros instrumentos de planeamento, existentes ou em elaboração;
- f) Definição clara e adequada à presente realidade agrícola e florestal concelhia das áreas mínimas de exploração respetivas;
- g) Integração de áreas destinadas a instalações agropecuárias fora da estrutura urbana;
- h) Salvaguarda de áreas, devidamente integradas na estrutura urbana, adequadas à satisfação de carências ao nível da rede de equipamentos e de recreio e lazer, bem como ao nível da habitação, a custos controlados, com vista à regulação do mercado imobiliário;
- i) Redefinição da estrutura viária através da sua estruturação e hierarquização, com vista a melhorar a acessibilidade interna e externa;
- j) Integração de programas já existentes ou prospetivados, nomeadamente dos Itinerários Complementares IC1 e IC12 e de algumas variantes;
- k) Compatibilização das principais redes de infraestruturas;
- l) Proteção, valorização e promoção do Património Natural e Cultural.

A implementação e o sucesso da estratégia delineada para o Concelho depende de várias condições que ultrapassam o âmbito municipal. No entanto, o papel principal cabe à Câmara Municipal, sendo preponderante quer a capacidade de iniciativa mobilizadora, bem como a sua capacidade para interagir e servir de interlocutor entre a Administração Central e os agentes económicos e sociais locais. Como tal, cabe à Câmara Municipal o papel principal no desenvolvimento dos projetos/ações, de seguida apresentados, a desenvolver no âmbito dos seis vetores estratégicos definidos no quadro prospetivo:

1) Proteger e valorizar o património natural e paisagístico e a biodiversidade:

a) Geral:

- Promoção de ações de divulgação/ sensibilização sobre o património natural, alertando para a sua fragilidade e informando sobre medidas de proteção;
- Defesa e salvaguarda de corredores naturais – “*continuum naturale*”, de forma a assegurar as ligações naturais entre a estrutura ecológica regional e local;
- Implementação/acompanhamento das medidas/ações estabelecidas no POOC Ovar-Marinha Grande;
- Defesa dos biótipos classificados;
- Diversificação dos usos dos corredores naturais circundantes do povoamento marginal, ao longo dos cursos de água, de forma a ir ao encontro a novas solicitações no âmbito do turismo e do desporto;
- Valorização do potencial da Vala da Veia (que percorre Mira e Cantanhede) para o fomento da atividade desportiva ao nível da região, através da implementação de um projeto de um campo de golfe intermunicipal de 9 buracos, podendo ser equacionada a sua extensão para 18 buracos;

b) Recursos hídricos:

- Valorização estratégica da água, através do seu planeamento e gestão integrados e da corresponsabilização dos atores;
- Erradicação das fontes de poluição dos recursos hídricos – efluentes, fertilizantes, sistemas de drenagem desadequados, etc...;
- Recuperação e valorização do potencial natural e paisagístico dos principais cursos de água – Ribeira de Ançã e Vala da Veia;

c) Recursos geológicos:

- Promoção de projetos de recuperação de áreas resultantes da extração desordenada de inertes;

d) Reserva Ecológica Nacional (REN):

- Proteção das zonas de cabeceiras das linhas de água e das áreas de máxima infiltração;
- Defesa/manutenção dos leitos de cheia e estabilidade das margens das linhas de água;
- Salvaguarda das áreas de declive acentuado, de forma a evitar perdas de solo por erosão;
- Valorização do potencial paisagístico das lagoas, através da implementação, na sua proximidade, de projetos no âmbito do desporto e do recreio e lazer;
- Defesa da praia (preservação da bandeira azul) e valorização do seu potencial paisagístico através da promoção de ações de entretenimento;
- Defesa do sistema dunar, enquanto barreira estabilizadora do arrastamento e transposição de partículas indesejáveis vindas da praia para o interior do concelho, e salvaguarda da sua diversidade biológica;

e) Agricultura:

- Promoção e defesa da agricultura em espaço clareira;
- Promoção e criação de incentivos ao desenvolvimento de mecanismos que visem o incremento da atividade agrícola de carácter biológico;
- Proteção dos solos com melhor capacidade agrícola, integrados ou não em Reserva Agrícola Nacional (RAN);
- Promoção e incentivo à utilização racional de água e de fertilizantes, nomeadamente nas culturas agrícolas anuais;
- Promoção e incentivo à prática agrícola, enquanto atividade socialmente relevante e complementar do rendimento familiar, visando a preservação do equilíbrio ambiental do sistema concelhio;
- Incentivo à manutenção das culturas permanentes nas zonas de declive mais acentuado, atendendo a que estas são as principais responsáveis pela minimização das perdas de solo por erosão;

f) Recursos florestais:

- Promoção do planeamento e gestão integrados dos recursos florestais, procurando a compatibilização de aspetos como a proteção, a produção, a gestão e a comercialização, em articulação com as atividades agrícolas;
- Defesa das zonas integradas em perímetro florestal/ mata nacional, de forma a combater fenómenos de erosão dos solos e de alastramento das dunas litorais;
- Defesa e valorização da paisagem florestal através, nomeadamente, da definição de critérios de plantação adequados às condições edafo-climáticas locais;
- Implementação de programas municipais e criação de incentivos às populações com vista à manutenção e limpeza das áreas florestais, de forma a prevenir incêndios e respetivos danos humanos e patrimoniais;
- Implementação de um modelo que fomente a produção de produtos florestais como madeira e resina e que salvguarde a sua degradação.

2) Preservar e valorizar o património cultural e os recursos culturais endógenos:

- a)** Elaboração, em parceria multimunicipal, de roteiro cultural – indissociável do roteiro turístico;
- b)** Promoção e valorização das tradições gastronómicas e etnográficas, a integrar em roteiro turístico;
- c)** Recuperação e valorização do património coletivo como os fornos de cal e as azenhas/moinhos através da sua integração em projetos culturais e turísticos;
- d)** Criação e recuperação de espaços/núcleos museológicos, como por exemplo o da zona da Criação, procurando integrá-los em programas de investigação e divulgação científica e tecnológica;
- e)** Promoção de programas de divulgação do património cultural, nomeadamente, através de ações lúdico-pedagógicas;
- f)** Promoção de produtos culturais inovadores associados às especificidades locais;
- g)** Modernização das festas populares locais, de forma a abranger vários segmentos populacionais;
- h)** Incentivo à promoção/divulgação de eventos culturais, por parte das empresas do concelho, negociada aquando da sua instalação no concelho;
- i)** Criação de um gabinete cultural municipal responsável pela gestão e coordenação de eventos culturais no concelho, promovidos em parceria entre o município e as associações culturais e recreativas;
- j)** Desenvolvimento de programas de intercâmbio cultural, no âmbito do protocolo de gemação com Alfortville.

3) Criar uma rede de estruturas do conhecimento, do ensino, da investigação e da cultura:

- a)** Implementação de um centro de investigação literária, designadamente no domínio da literatura sobre a gândara, na sequência da celebração do protocolo de colaboração com a Comissão de Coordenação Regional Centro, no âmbito da “Rota dos Escritores”;

- b) Desenvolvimento de projetos de investigação, com base em parcerias estratégicas com universidades (Aveiro e Coimbra);
- c) Desenvolvimento de projetos no domínio “do conhecimento” em torno das especificidades culturais, integrando os conhecimentos tradicionais (com a cooperação e o apoio da população idosa), e os conhecimentos tecnológicos (com a participação da população jovem), com o objetivo de fomentar a sua aplicação em processos inovadores de manufatura e comercialização;
- d) Criação de um centro de formação profissional orientado para as necessidades do concelho, que funcione em interação com a Escola Técnica e Profissional de Cantanhede e o Beira Atlântico Parque – Parque Tecnológico e Cultural de Cantanhede;
- e) Promoção/divulgação das tecnologias de informação e comunicação junto da população;
- f) Aposta em estruturas culturais polivalentes ao nível das pequenas aglomerações;
- g) Desenvolvimento de programas/projetos de intercâmbio escolar, no âmbito do protocolo de gemação com Alfortville.

4) Promover uma política de ordenamento do território sustentável:

- a) Aposta em planos operativos de escala intermédia (estudo de pormenor/estudo de conjunto/estudo de quarteirão/estudo urbanístico/plano de alinhamentos e cércas, etc.), nomeadamente, em áreas degradadas e em áreas cuja expansão esteja programada;
- b) Conclusão de instrumentos de gestão territorial em elaboração e implementação dos já publicados;
- c) Reforço e valorização do papel da sede de concelho - a cidade de Cantanhede, como principal centro de bens e serviços de nível concelhio;
- d) Reforço e valorização dos centros urbanos de 2º nível, as vilas de Ançã, Tocha e Febres, enquanto centros de concentração de bens e serviços de proximidade;
- e) Qualificação e valorização do espaço urbano como elemento dominante da dinâmica social e económica, assente numa forte componente ambiental e cultural;
- f) Valorização dos espaços públicos das áreas de nucleação primária, enquanto reflexo da memória coletiva;
- g) Combate do despovoamento/abandono de freguesias de características mais rurais através da consolidação de serviços e bens de primeira necessidade, capazes de fixar a população; da criação de áreas, na transição entre o espaço urbano e o espaço rural, para a instalação de atividades “complementares” tais como pequenas oficinas, armazéns e atividades de transformação agroflorestal e agrícolas, e da localização de equipamentos desportivos, nas áreas livres do tecido urbano, reforçando desta forma alguns polos, já existentes, geradores de centralidades;
- h) Implementação de equipamentos sociais de apoio aos tempos livres da população escolar e de equipamentos de apoio à população idosa;
- i) Combate da ocupação extensiva do território e estímulo à concentração urbana, através de mecanismos como a redefinição dos conceitos de unidades de exploração agrícola e florestal, atendendo aos elevados custos de extensão de infraestruturas e à preservação dos recursos naturais;
- j) Criação de percursos pedonais e cicláveis de interesse local, turístico, recreativo ou desportivo;
- k) Construção de variantes aos principais centros urbanos, atendendo à minimização de impactes resultantes da sua localização, e visando a qualificação do atravessamento local, de forma a garantir maior segurança, nomeadamente das áreas de nucleação primária;
- l) Modernização dos eixos viários existentes;
- m) Criação de uma rede de transportes coletivos urbanos eco eficiente, visando a compatibilização de horários entre os serviços e os utilizadores;
- n) Criação de um sistema de sinalética informativa integrado.

5) Desenvolver uma economia competitiva, inovadora e solidária

a) Ação Social:

- Desenvolvimento de projetos sociais integrados no projeto “Colmeia” – Banco de Recursos de Cantanhede”;
- Aposta na formação da população residente e integração no mercado de trabalho concelhio;
- Promoção dos associativismos locais;

b) Turismo:

- Elaboração de roteiro turístico, de âmbito multimunicipal, indissociável do roteiro cultural;
- Promoção de uma “marca territorial” de qualidade, de notoriedade, integrada e de forte conectividade ambiental e cultural;
- Apoio ao desenvolvimento do turismo em solo rural, nas suas vertentes de turismo de habitação, turismo rural, agroturismo e turismo de aldeia, promovendo (de preferência) a recuperação de imóveis em propriedade rurais em atividade;
- Implementação de programas de dinamização e recuperação das pequenas aglomerações localizadas nas margens dos cursos de água através de projetos turísticos de “casas de aldeia”;
- Dinamização e promoção da “Rota dos Vinhos” e da “Rota da Pedra”, enquanto roteiros turísticos de âmbito regional;

- Incentivo ao desenvolvimento da restauração, tendo como referência de divulgação o restaurante “Marquês de Marialva”, conhecido a nível nacional;
- Divulgação regional (plano interativo com outras áreas com a mesma arquitetura – Figueira da Foz e Mira) e apoio à recuperação dos Palheiros da Tocha, enquanto referência de arquitetura popular regional e enquanto símbolo da praia da Tocha;
- Promoção e divulgação do parque de campismo da praia da Tocha;
- Promoção e divulgação de programas equestres em colaboração com o Centro Equestre de S. Caetano;
- Implementação de um projeto de um campo de golfe 100 ha (18 buracos), com moradias afetas ao investimento, a localizar no eixo Febres-Pocariça;

c) Habitação:

- Implementação de programas/mecanismos reguladores do mercado;
- Promoção/produção de habitação de custos controlados;
- Apoio na recuperação do património habitacional degradado;
- Incentivo a políticas de arrendamento;

d) Indústria:

- Apoio a indústrias de elevado valor acrescentado;
- Aferição da necessidade de zonas de expansão industrial, a localizar (caso seja necessário) nas imediações das Zonas Industriais existentes de Murte, Bairrada, Febres e Cantanhede;
- Redefinição das áreas de extração das indústrias existentes e aferição de áreas de expansão necessárias, atendendo à minimização de impactes ambientais e à salvaguarda dos recursos naturais;
- Aposta em parcerias estratégicas, designadamente com universidades, desenvolvendo produtos inovadores de base tecnológica;
- Incentivo à formação dos quadros técnicos e estabelecimento de condições de fixação dos quadros técnicos superiores no concelho;

e) Serviços e Comércio:

- Promoção do comércio local nas áreas de nucleação primária, enquanto pólo dinamizador;
- Sensibilização dos serviços e comércio local para a flexibilização de horários, para a prestação de serviços personalizados, como a entrega ao domicílio, e para a apresentação de produtos/serviços diferenciados, a preços competitivos, fazendo face à concorrência dos espaços comerciais localizados nos centros urbanos próximos;
- Incentivo à produção e comercialização de produtos gastronómicos e artesanais tradicionais, com base em estratégias de mercado;
- Aposta em estruturas polivalentes de serviços, nomeadamente ao nível das pequenas aglomerações;
- Implementação do Beira Atlântico Parque – Parque Tecnológico e Cultural de Cantanhede, um pólo de dinamização empresarial concebido para albergar empresas de acentuada base tecnológica, com vista à qualificação da estrutura produtiva e ao aumento da competitividade empresarial.

6) Reforçar o nível de infraestruturização e melhorar o nível de atendimento:

- a)** Concentração dos sistemas de gestão, exploração e manutenção das infraestruturas urbanas num único serviço municipal – INOVA;
- b)** Controle da existência de captações de água na envolvente da captação pública de Olhos de Fervença;
- c)** Manutenção do processo de recolha seletiva e incentivo das empresas na adoção de processos de reciclagem no tratamento dos resíduos sólidos;
- d)** Fiscalização do tratamento dos efluentes líquidos industriais;
- e)** Desenvolvimento da Carta de Ruído, visando a prevenção e a minimização da exposição da população a níveis de ruído elevados;
- f)** Instituição de mecanismos que vise a aplicação do princípio do utilizador-pagador;
- g)** Integração nos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de saneamento do Baixo Mondego e Bairrada, e da SIMRIA, do Baixo-Vouga;
- h)** Ampliação das redes de abastecimento de água e de saneamento em todo o concelho;
- i)** Instalação da rede de drenagem de águas pluviais nos aglomerados urbanos, sendo prioritária a sua ampliação na cidade de Cantanhede e a sua construção nas vilas de Febres, Tocha e Ançã;
- j)** Implementação de plano de redução e de controle de perdas de água nos edifícios e espaços públicos;
- k)** Erradicação de sistemas de drenagem provisórios.

4 FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO

A definição dos Fatores Críticos para a Decisão resulta de um processo de análise e cruzamento de 3 elementos:

- **Quadro de Referência Estratégico (QRE)** que reflete as orientações políticas dos vários sectores em matéria de ambiente e sustentabilidade, com os quais o Plano se deve compatibilizar. Pretende-se estabelecer a ligação/afinidade do objeto de avaliação com os objetivos estratégicos definidos nos planos e programas que fazem parte do QRE.
- **Questões Estratégicas (QE)** definem de forma clara os objetivos e linhas de força associadas ao objeto de avaliação, expressando as intenções do Plano, que serão posteriormente materializadas num modelo de uso, ocupação e transformação do solo.
- **Fatores da Legislação** definidos no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho (biodiversidade, população, saúde humana, fauna, flora, solo, água, atmosfera, fatores climáticos, bens materiais, património cultural, arquitetónico e arqueológico e paisagem) e outros que sejam pertinentes/relevantes, de modo a refletir o âmbito da AAE.



Figura 2| Elementos auxiliares para a definição dos FCD.

Assim, neste ponto iremos relembrar os elementos que auxiliaram definição dos Fatores Críticos para a Decisão da Revisão do Plano Diretor Municipal de Cantanhede.

4.1 QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO

Foram considerados os seguintes documentos de referência estratégica pertinentes para a avaliação, em vigor ou em elaboração, constituindo o Quadro de Referência Estratégico:

- Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013 (QREN)
- Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável 2005-2015 (ENDS)
- Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade (ENCNB)
- Plano Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)
- Plano Nacional Água (PNA)
- Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC)
- Plano Regional de Ordenamento do Território Centro (PROT-Centro)
- Programa Operacional Regional do Centro 2007-2013 – Mais Centro (POR-Centro)
- Plano Regional de Ordenamento Florestal Centro Litoral (PROF-Centro Litoral)
- Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (PSRN 2000)
- Plano da Bacia Hidrográfica do Vouga (PBH Vouga)
- Plano Bacia Hidrográfica do Mondego (PBH Mondego)
- Plano de Ordenamento da Orla Costeira Ovar-Marinha Grande (POOC Ovar-Marinha Grande)
- Plano Municipal de Emergência da Proteção Civil de Cantanhede (PMEPCC)
- Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Cantanhede (PMDFCI Cantanhede)

4.2 QUESTÕES ESTRATÉGICAS

Para a Revisão do Plano Diretor Municipal de Cantanhede foram identificadas seis Questões Estratégicas que pretendem espelhar os objetivos e linhas de força para o município de Cantanhede.

1. **PROTEGER E VALORIZAR O PATRIMÓNIO NATURAL E PAISAGÍSTICO E A BIODIVERSIDADE**, nomeadamente ao nível dos recursos hídricos, geológicos e florestais, das componentes da REN e da agricultura
2. **PRESERVAR E VALORIZAR O PATRIMÓNIO CULTURAL E OS RECURSOS CULTURAIS ENDÓGENOS**, como forma de promoção concelhia e integração em roteiros turísticos
3. **CRIAR UMA REDE DE ESTRUTURAS DE CONHECIMENTO, ENSINO, INVESTIGAÇÃO E CULTURA**
4. **REFORÇAR O PAPEL DA CIDADE E DIMINUIR AS ASSIMETRIAS TERRITORIAIS**, através do reforço e valorização dos aglomerados urbanos como centros de bens e serviços, dinâmica social, económica, ambiental e cultural
5. **CRIAR CONDIÇÕES DE DINAMISMO ECONÓMICO**, de uma forma competitiva, inovadora e solidária, por via de projetos de cariz social (formação, integração no mercado trabalho, promoção/produção de habitação a custos controlados), bem como ao nível de uma economia concelhia mais dinâmica (turismo, indústria serviços e comércio)
6. **REFORÇO DAS INFRAESTRUTURAS E NÍVEL DE ATENDIMENTO**, nomeadamente ao nível dos sistemas de gestão das águas (abastecimento, drenagem e tratamento) e sistemas de gestão de resíduos

As Questões Estratégicas identificadas para a Revisão do Plano Diretor Municipal de Cantanhede integram as dimensões Ambiental, Económica e Social, consideradas as dimensões base do Desenvolvimento Sustentável.

Na Tabela 1 é evidenciada a ligação, afinidade entre as Questões Estratégicas e o Quadro de Referência Estratégico definido para a Revisão do Plano Diretor Municipal.

Tabela 1| Matriz de afinidade resumo entre as Questões Estratégicas e o Quadro de Referência Estratégico

		QUESTÕES ESTRATÉGICAS					
		Proteger e valorizar o património natural e paisagístico e a biodiversidade	Preservar e valorizar o património cultural e os recursos culturais endógenos	Criar uma rede de estruturas de conhecimento, ensino, investigação e cultura	Reforçar o papel da cidade e diminuir as assimetrias territoriais	Criar condições de dinamismo económico	Reforço das infra-estruturas e nível de atendimento
QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	QREN	●	●	●	●	●	●
	ENDS	●	●	●	●	●	●
	ENCNB	●	●	●	●	●	●
	PNPOT	●	●	●	●	●	●
	PNA	●	●	●	●	●	●
	PNAC	●	●	●	●	●	●
	PROT-C	●	●	●	●	●	●
	POR-C	●	●	●	●	●	●
	PROF-CL	●	●	●	●	●	●
	PSRN2000	●	●	●	●	●	●
	PBH VOUGA E MONDEGO	●	●	●	●	●	●
	POOC	●	●	●	●	●	●
	PMEPCC ⁽¹⁾	●	●	●	●	●	●
	PMDFCI	●	●	●	●	●	●

● Afinidade inferior a 50% ● Afinidade igual ou superior a 50 %

4.3 FCD, CRITÉRIOS E DIMENSÕES DE ANÁLISE/INDICADORES DE PARA A AAE

Os Fatores Críticos para a Decisão (FCD) resultam de uma análise integrada do Quadro de Referência Estratégico, das Questões Estratégicas e dos Fatores da Legislação (Figura 2). Estes FCD constituem-se como os temas-chave a considerar no âmbito da avaliação, conferindo-lhe a focagem e seletividade necessária para se constituir como um processo de natureza estratégica.

A definição dos mesmos resulta da interação de três dimensões que procuram fornecer informação sobre as macropolíticas públicas

que influenciam o Plano, os objetivos deste e os “estado” atual dos fatores ambientais suscetíveis de vir a ser afetados pelo Plano.

Desta forma, do conhecimento das inter-relações positivas e/ou negativas que se estabelecem entre estas três dimensões, sugerem-se um conjunto de dimensões críticas de análise e que deverão ser objeto de um estudo mais aprofundado, em fase de Relatório Ambiental. Os fatores considerados são aqueles que podem causar eventuais efeitos significativos – positivos e/ou negativos – resultantes da aplicação do Plano, e sobre os quais a Avaliação Ambiental Estratégica se deve debruçar.

Assim, para o caso da Revisão PDM de Cantanhede, os Fatores Críticos para a Decisão propostos são:

- EMPREGO E QUALIFICAÇÃO HUMANA
- DINÂMICA TERRITORIAL
- RISCOS
- VALORIZAÇÃO AMBIENTAL

Na Tabela 2 é apresentada a relação entre dos Fatores Críticos para a Decisão propostos para a Revisão PDM de Cantanhede e os Fatores da Legislação:

Tabela 2| Relação entre os Fatores Críticos para a Decisão e os Fatores da Legislação

FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO	FATORES DA LEGISLAÇÃO
Emprego e Qualificação Humana	População Bens Materiais Saúde Humana Solo
Dinâmica Territorial	População Solo Flora Paisagem
Riscos	Atmosfera Água Flora Solo População Bens Materiais Saúde Humana
Valorização Ambiental	Solo Flora Saúde Humana Bens Materiais Paisagem Biodiversidade

Os critérios de avaliação e dimensões de análise/indicadores definidos para cada Fator Crítico para a Decisão encontram-se dispostos na Tabela 3. Nesta fase do processo de Avaliação Ambiental Estratégica, será feita uma análise de tendências, serão avaliadas as oportunidades e riscos referentes ao Plano, relativamente aos critérios e indicadores definidos.

As dimensões de análise/indicadores utilizados pretendem auxiliar o apoio à decisão. Assim, a avaliação das dimensões de análise/indicadores deve ser feita de forma transversal, de modo a cruzar a informação e permitir uma melhor e mais adequada avaliação dos Fatores Críticos para a Decisão.

Tabela 3| Critérios de Avaliação e Dimensões de Análise/Indicadores para os Fatores Críticos para a Decisão da Revisão PDM de Cantanhede.

FACTORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	DIMENSÕES DE ANÁLISE/INDICADORES	DESAGREGAÇÃO GEOGRÁFICA*	FONTE DE PESQUISA
Emprego e Qualificação Humana	Dinamismo Económico e Inovação	Evolução n.º postos de trabalho	Municipal	INE
		Evolução do emprego por ramos fileira produtiva	Municipal	INE/MTSS
		N.º de estabelecimentos instalados por ramo de atividade	Municipal	INE
		Volume de negócios das sociedades sediadas no concelho	Municipal	INE
		Evolução da taxa de desemprego	Municipal	INE
		Áreas de localização empresarial	Municipal	Município/Inquérito
		Evolução de emprego na RCT	Municipal	Município/Empresas/Inquérito
		Taxa de dissolução de empresas incubadas	Municipal	Município/Empresas/Inquérito
		Empresas com certificação	Municipal	IPAC
	Qualificação/ Formação	N.º empregos por qualificação académica	Municipal	INE
		População com ensino superior/População com 25 anos ou mais	Municipal	INE
		Habilitações académicas da população residente	Municipal	INE
		Ofertas de formação profissional sediadas no concelho	Municipal	Município/IEFP
Dinâmica Territorial	Uso do solo	Evolução da população	Municipal	INE
		Ocupação e uso do solo	Municipal	Município
		Reclassificação do solo rural em solo urbano por PMOT	Municipal	Município
		Percentagem de área ocupada por RAN e REN	Municipal	Município
Riscos	Riscos Tecnológicos	Tipologia de atividades industriais	Municipal	Município/DREC
		Acidentes ocorridos decorrente de atividades industriais	Municipal	Município/ANPC/Bombeiros
		N.º de veículo de transporte de mercadorias perigosas e tipologia da carga transportada	Municipal	MOPTC/IMTT/CPETT
	Riscos Mistos	Ocorrência de incêndios (nível de risco, n.º incêndios, área ardida)	Municipal	ANFC/INE
		Potenciais fontes de poluição	Municipal	Município

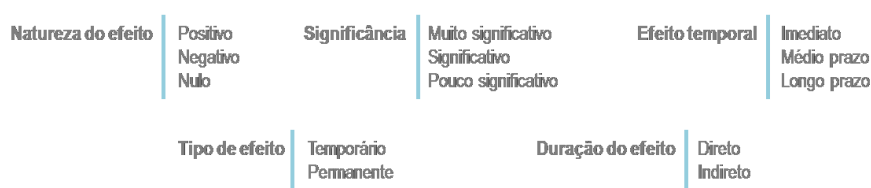
FACTORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	DIMENSÕES DE ANÁLISE/INDICADORES	DESAGREGAÇÃO GEOGRÁFICA*	FONTE DE PESQUISA
Valorização Ambiental	Qualidade Ambiental	Infraestruturas básicas	Municipal	Município/INE
		Qualidade das águas (superficial, subterrâneas e consumo)	Municipal	SNIRH/INE
		Resíduos urbanos (produção, tratamento e destino)	Municipal	Município/INE
		Investimentos ao nível das infraestruturas	Municipal	Município/INE
	Conservação/ Promoção Ambiental	Integração da estrutura verde em corredores ecológicos no concelho	Municipal	Município/PROT-C
		Capitação de Espaços verdes de domínio público e Espaços florestais no concelho	Municipal	Município/ANFC
		Área afeta à REN	Municipal	Município
		Evolução da ocupação do solo na área da Rede Natura 2000	Municipal	Município
		Infraestruturas de apoio à educação ambiental (percursos pedestres, centros de interpretação, observatórios)	Municipal	Município
		Investimentos na área do ambiente	Municipal	Município/INE

* O nível de Desagregação Geográfica corresponde ao nível até onde existe informação, podendo a análise ser efetuada a níveis superiores

5 EFEITOS SIGNIFICATIVOS NO AMBIENTE

Dando cumprimento à legislação, relativamente à análise dos eventuais efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação do Plano, serve o presente ponto. A Revisão do PDM poderá ter efeitos significativos nos Fatores da Legislação, isto é, aqueles que se encontram descritos no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho (biodiversidade, população, saúde humana, fauna, flora, solo, água, atmosfera, fatores climáticos, bens materiais, património cultural, arquitetónico e arqueológico e paisagem).

Assim, aqui importa analisar de que forma a Revisão PDM de Cantanhede poderá originar efeitos significativos, de forma a ser possível potenciar ou minimizar os mesmos efeitos. Para tal, são definidos um conjunto de parâmetros de avaliação destinados a quantificar os efeitos no ambiente:



5.1 BIODIVERSIDADE E FLORA

Os efeitos na Biodiversidade e Flora com a aplicação da Revisão do PDM prendem-se por:

- Qualificação urbana: a aferição e melhoria dos aglomerados/núcleos urbanos poderá ter implicações positivas com os espaços com interesse natural e paisagístico, pois este processo pretende atenuar a tendência de ocupação dispersa e otimizar a utilização dos recursos, equipamentos e infraestruturas existentes podendo ocorrer alguns conflitos de ocupação;
- Pressão das atividades industriais: o desenvolvimento económico associado às atividades industriais, onde se englobam igualmente a indústria extrativa e indústrias agropecuárias, poderão ter implicações na redução dos espaços com interesse natural e paisagístico bem como na redução da qualidade dos espaços envolventes a estas atividades, podendo ocorrer alguns conflitos de ocupação;
- Defesa e valorização da paisagem florestal: a promoção do planeamento florestal terá implicações ao nível da proteção, produção e gestão, bem como a compatibilização com outras atividades relevantes para o concelho,
- Preservação e qualificação ambiental: a aplicação do Plano tem como um dos objetivos a proteção e valorização do património natural e paisagístico, nomeadamente ao nível dos recursos naturais seja ao nível da paisagem.

Tabela 4| Efeitos significativos na Biodiversidade e Flora.

Efeito	Natureza do efeito	Significância	Tipo de efeito	Efeito temporal	Duração do efeito
Qualificação urbana	Positivo	Significativo	Direto	Médio prazo	Permanente
Pressão das atividades industriais	Negativo	Significativo	Direto	Médio prazo	Permanente
Defesa e valorização da paisagem florestal	Positivo	Significativo	Direto	Médio prazo	Permanente
Preservação e qualificação ambiental	Positivo	Significativo	Direto	Médio prazo	Permanente

5.2 POPULAÇÃO

Os efeitos na População com a aplicação da Revisão do PDM prendem-se por:

- Consolidação das estruturas e tecido urbano: desta forma será promovida a melhoria da ocupação do espaço (infraestruturas, redes viárias, equipamentos) promovendo a fixação da população;
- Dinamização económica local: criação de condições de atratividade empresarial estimulando a economia local e fixação de população;

- Criação de postos de trabalho: a intenção de desenvolvimento e atratividade concelhia promove a empregabilidade;
- Aposta no capital humano: oferta de formação orientado para as necessidades do concelho e bem como de pretensões futuras. Apostar numa população mais qualificada e integrada na sociedade atual, permitindo melhores oportunidades de emprego.

Tabela 5| Efeitos significativos na População.

Efeito	Natureza do efeito	Significância	Tipo de efeito	Efeito temporal	Duração do efeito
Consolidação das estruturas e tecido urbano	Positivo	Significativo	Direto	Médio prazo	Permanente
Dinamização económica local	Positivo	Significativo	Direto	Médio prazo	Permanente
Criação de postos de trabalho	Positivo	Significativo	Direto	Médio prazo	Permanente
Aposta no capital humano	Positivo	Significativo	Direto	Médio prazo	Permanente

5.3 SAÚDE HUMANA

Os efeitos na Saúde Humana com a aplicação da Revisão do PDM prendem-se por:

- Melhoria dos serviços sociais. o Plano tem como intenção a implementação de equipamentos sociais de apoio aos tempos livres da população escolar e de equipamentos de apoio à população idosa;
- Incentivo à prática desportiva: o Plano pretende a valorização de áreas naturais bem como a criação de percursos pedonais e cicláveis de interesse local, turístico, recreativo ou desportivo, com o intuito de incentivar a população a hábitos de vida saudável

Tabela 6| Efeitos significativos na Saúde Humana.

Efeito	Natureza do efeito	Significância	Tipo de efeito	Efeito temporal	Duração do efeito
Melhoria dos serviços sociais	Positivo	Significativo	Direto	Médio prazo	Permanente
Incentivo à prática desportiva	Positivo	Significativo	Direto	Médio prazo	Permanente

5.4 BENS MATERIAIS

Os efeitos nos Bens Materiais com a aplicação da Revisão do PDM prendem-se por:

- Melhoria das acessibilidades: promoção e melhoria das ligações inter-concelhias bem como as ligações intra-concelhias;
- Compatibilização das principais redes de infraestruturas: concentração dos sistemas de gestão, exploração e manutenção das infraestruturas urbanas num único serviço municipal;
- Manutenção e melhoria de redes existentes: nomeadamente ao nível da rede de saneamento e recolha de RSU, de modo a prestar um serviço de qualidade.

Tabela 7| Efeitos significativos nos Bens Materiais.

Efeito	Natureza do efeito	Significância	Tipo de efeito	Efeito temporal	Duração do efeito
Melhoria das acessibilidades	Positivo	Significativo	Direto	Médio prazo	Permanente
Compatibilização das principais redes de infraestruturas	Positivo	Significativo	Direto	Médio prazo	Permanente
Manutenção e melhoria de redes existentes	Positivo	Significativo	Direto	Médio prazo	Permanente

5.5 ÁGUA

Os efeitos na Água com a aplicação da Revisão do PDM prendem-se por:

- Manter e melhorar a rede de abastecimento de água e de saneamento de água, melhorando a qualidade de vida da população e qualidade ambiental;

- Recuperação da rede hidrográfica: o Plano ao nível dos recursos hídrico existente pretende erradicação das fontes de poluição dos recursos hídricos, recuperando e valorizando desta forma o potencial natural e paisagístico dos principais cursos de água;

Tabela 8| Efeitos significativos na Água.

Efeito	Natureza do efeito	Significância	Tipo de efeito	Efeito temporal	Duração do efeito
Manter e melhorar a rede de abastecimento de água e rede de saneamento de água	Positivo	Significativo	Direto	Médio prazo	Permanente
Recuperação da rede hidrográfica	Positivo	Significativo	Direto	Médio prazo	Permanente

5.6 SOLO

Os efeitos no Solo com a aplicação da Revisão do PDM prendem-se por:

- Redelimitação da ocupação do solo: quer seja por via dos novos regimes legais da REN e da RAN, quer seja pela atualização das ocupações atualmente existentes, poderá levar a conflitos de ocupação do solo.

Tabela 9| Efeitos significativos no Solo.

Efeito	Natureza do efeito	Significância	Tipo de efeito	Efeito temporal	Duração do efeito
Redelimitação da ocupação do solo	Negativo	Significativo	Indireto	Médio prazo	Permanente

5.7 ATMOSFERA

Os efeitos na Atmosfera com a aplicação da Revisão do PDM prendem-se por:

- Eventual aumento de emissões atmosféricas: as atividades industriais/extrativas, bem como previsível aumento de tráfego poderão contribuir para a degradação da qualidade do ar;
- Eventual aumento do ruído: resultante de novos traçados da rede viária e consequente aumento de tráfego.

Tabela 10| Efeitos significativos na Atmosfera.

Efeito	Natureza do efeito	Significância	Tipo de efeito	Efeito temporal	Duração do efeito
Eventual aumento de emissões atmosféricas	Positivo	Significativo	Indireto	Médio prazo	Permanente
Eventual aumento do ruído	Negativo	Significativo	Indireto	Médio prazo	Permanente

5.8 PAISAGEM

Os efeitos na Paisagem com a aplicação da Revisão do PDM prendem-se por:

- Proteção da paisagem: proteção do património natural e paisagístico através da redefinição das condicionantes biofísicas (RAN e REN), bem como através da regulamentação que restringe a ocupação das áreas de maior valor paisagístico;

Tabela 11| Efeitos significativos na Paisagem.

Efeito	Natureza do efeito	Significância	Tipo de efeito	Efeito temporal	Duração do efeito
Proteção da paisagem	Positivo	Significativo	Indireto	Médio prazo	Permanente

6 BREVE ENQUADRAMENTO DO MUNICÍPIO DE CANTANHEDE

O Município de Cantanhede localiza-se na Região Centro da Beira Litoral (NUT II) e integra a sub-região do Baixo Mondego (NUT III), realizando fronteira com oito Municípios e com o Oceano Atlântico. A Noroeste o limite é efetuado com o Município de Mira, a Norte com Vagos e Oliveira do Bairro, a Nordeste com Anadia, a Este com Mealhada, a Sudeste com Coimbra, a Sul com Montemor-o-Velho e Figueira da Foz, enquanto a Oeste a fronteira é realizada com o Oceano. É o maior em área desta sub-região e o terceiro mais populoso, a seguir a Coimbra e a Figueira da Foz.

Cantanhede integra a Região Centro que é, do ponto de vista territorial e da rede urbana, “uma região com um importante papel potenciador na articulação interna e externa do território nacional”, assumindo por isso uma posição estratégica não só em relação ao norte e sul do país, como também no acesso à Europa. Desta localização estratégica resulta, no entanto, “um sistema urbano sujeito a fortes tensões fragmentadoras resultantes dos intensos efeitos polarizadores exercidos pelas duas áreas metropolitanas”, no qual gravitam vários polos aglutinadores concelhios como é o caso da cidade de Cantanhede ou das cidades e vilas envolventes, também sedes de concelho.

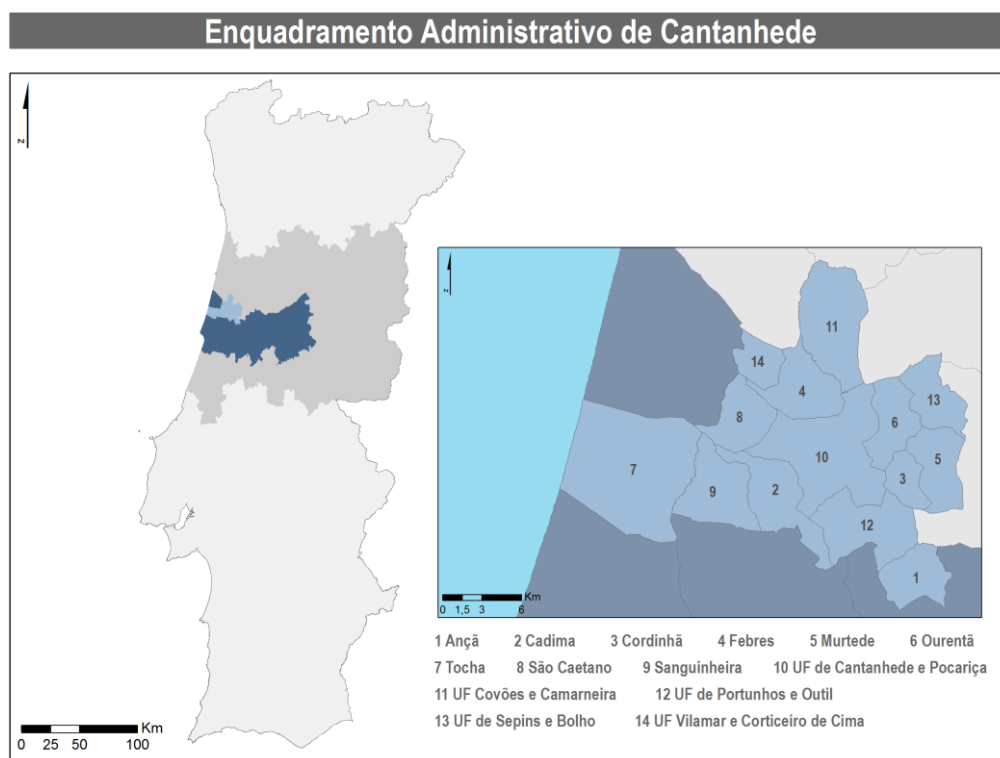


Figura 3| Enquadramento administrativo do Município de Cantanhede.

Fonte| CAOP2014

O território concelhio de Cantanhede, com aproximadamente 390,88 km², integra catorze freguesias Ançã, Cadima, Cordinhã, Febres, Murtede, Ourentã, Tocha, São Caetano, Sanguinheira, União das freguesias de Cantanhede e Pocariza, União das freguesias de Covões e Camarneira, União das freguesias de Portunhos e Outil, União das freguesias de Sepins e Bolho, União das freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima. Caracteriza-se, no âmbito do sistema de povoamento, “por uma elevada dispersão da população residente, estruturando-se numa rede de pequenos aglomerados rurais. A cidade de Cantanhede, sede de concelho, desempenha funções de nível concelhio, uma vez que concentra não só os principais equipamentos e serviços públicos de nível local, como também a principal polarização de atividade terciária do concelho. Neste sentido, a cidade, inserida no eixo urbano Coimbra – Figueira da Foz, é entendida pelo PROT-Centro como centro urbano de nível III, polarizada pela proximidade e dimensão demográfica e económica da capital da Região Centro, Coimbra.

7 ANÁLISE SWOT DOS FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO – SITUAÇÃO TENDENCIAL

De seguida é apresentada a análise SWOT para os Fatores Críticos para a Decisão “Emprego e Qualificação Humana”, “Dinâmica Territorial”, “Riscos” e “Valorização Ambiental”.

Tabela 12| Análise SWOT da análise de tendência realizada para o Fator Crítico para a Decisão “Emprego e Qualificação Humana”.

FATOR CRÍTICO PARA A DECISÃO	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS	SITUAÇÃO TENDENCIAL
Emprego e Qualificação Humana	<ul style="list-style-type: none"> ■ Progressivo aumento do volume de emprego ■ Aumento progressivo no número de postos de trabalho no Parque Tecnológico de Cantanhede, quer posto de trabalho total, quer postos de trabalho qualificado. ■ Crescente aumento do pessoal ao serviço das empresas nomeadamente ao nível da Indústria Transformadora e Comércio por grosso e retalho, reparação de veículos automóveis e motocicletas ■ Aumento progressivo do volume de negócios das empresas sediadas no concelho ■ Ligeira diminuição da taxa de dissolução de empresas no município ■ ¼ da população empregada tem ensino secundário ou encontra-se a frequentar e mais de 20% frequenta ou tem ensino superior ■ População empregada nas freguesias, bastante homogéneo relativamente à distribuição por níveis de ensino ■ Melhoria dos níveis de habilitações académicas da população residente ■ Boa oferta ao nível da formação profissional 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Diminuição da população ativa ■ Aumento do número de desempregados ■ Reduzido número de empresas/ organizações sistemas de certificação 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Promoção de espaços próprios para espaços de atividades económicas direcionados para instalações de empresas ■ Atração de novas empresas incubadoras de base tecnológica ■ Atração de novas atividades e serviços para o município ■ Diversificação da oferta formativa 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Desemprego ■ Retração do investimento público e privado 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Abrandamento da dinâmica económica ■ Diminuição do investimento público e privado em função da conjuntura económica mundial, nacional e local ■ Melhoria dos níveis de habilitações académicas por via de iniciativas como “Novas oportunidades” e alargamento da escolaridade obrigatória

FATOR CRÍTICO PARA A DECISÃO	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS	SITUAÇÃO TENDENCIAL
Dinâmica Territorial	<ul style="list-style-type: none"> ■ Terceiro município mais populoso da sub-região do baixo Mondego ■ Território concelhio marcadamente Florestas e meios naturais e seminaturais e Áreas agrícolas e agroflorestais ■ Elevado potencial agrícola ■ Aumento real de solo urbano proposto inferior a 1%. 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Diminuição do número de habitantes ■ Diminuição da área de REN, decorrente do novo regime da REN 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Incentivar a fixação da população, de modo a permanecer ou melhorar a "posição" na sub-região ■ Incentivo à prática agrícola e/ou florestal ■ Melhoria do ordenamento territorial ■ Aposta nas atividades relacionadas com a Floresta e Agricultura 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Envelhecimento populacional resultante da diminuição da população ■ Abandono do espaço agrícola e florestal 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Diminuição do número de habitantes ■ Envelhecimento da população, potenciando problemas socioeconómicos ■ Melhoria da gestão do ordenamento resultante da utilização de ferramentas/ sistemas mais precisos
Riscos	<ul style="list-style-type: none"> ■ Ausência de registo de ocorrência de acidentes industriais ■ Diminuição da área ardida nos últimos anos 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Indústria diversificada, e um pouco dispersa por todo o município ■ Área de povoamento ardida muito superior à área ardida de matos ■ Aumento da ocorrência de incêndios nos últimos anos ■ Perigosidade e Risco de incêndio alto e muito alto espalhado um pouco por todo o concelho, tendo especial incidência na zona oeste e sudeste 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Monitorizar as principais atividades existentes no concelho que possam exercer pressão negativa sobre o ambiente e a população 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Abandono das zonas florestais com repercussões negativas na ocorrência de incêndios ■ Potenciais fontes de poluição espalhadas um pouco por todo o concelho 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Potencial regresso às atividades agrícolas e florestais, como consequência da conjuntura socioeconómica
Valorização Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> ■ Crescente cobertura do Sistema de abastecimento de água no município de Cantanhede ■ Crescente cobertura do Sistema de drenagem e tratamento de águas residuais ■ Melhoria da qualidade da água para consumo humano ■ Metas estabelecidas no PEASAR alcançadas (relativamente à água para consumo) ■ Aumento da recolha de resíduos de forma seletiva 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Aumento do consumo de água no município ■ Fraca cobertura dos pontos de monitorização da qualidade das águas superficiais e subterrâneas ■ Fraca cobertura da rede de qualidade de água superficial no município de Cantanhede ■ Qualidade da água subterrânea muito associada à presença de nitratos na maior parte das vezes associadas à 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Aumento da recolha seletiva de resíduos sólidos (urbanos, industriais, etc.) ■ Aumento das ações de consciencialização da população para a preservação da qualidade ambiental como uma forma de melhoria da qualidade de vida das mesmas e o meio ambiente ■ Ajuste dos limites das condicionantes à realidade concelhia (económica, social e urbana) 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Degradação da qualidade dos recursos hídricos provocada por atividades agrícolas 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Continuação do investimento ao nível da melhoria e manutenção dos Sistema de abastecimento de água, Sistema de drenagem e tratamento de águas residuais e Sistema de Gestão de Resíduos ■ Continuação na participação ativa do município na Educação Ambiental

FATOR CRÍTICO PARA A DECISÃO	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS	SITUAÇÃO TENDENCIAL
	<ul style="list-style-type: none"> ■ Existência de manchas representativas de Espaços Verdes no município de Cantanhede ■ Existência de Rede Natura 2000 no município de Cantanhede localizado na freguesia da Tocha ■ Investimentos ao nível da proteção do meio ambiente e conservação da natureza 	<ul style="list-style-type: none"> ■ ocupação predominantemente agrícola ■ Diminuição da percentagem de RAN no concelho ■ Diminuição da percentagem de REN no concelho ■ 			

8 AVALIAÇÃO DAS OPORTUNIDADES E RISCOS PARA OS FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO

Seguidamente é apresentada uma matriz de interpretação das oportunidades e riscos dos objetivos definidos para a Revisão do PDM para o Fator Crítico para a Decisão “Emprego e Qualificação Humana”, “Dinâmica Territorial”, Riscos” e Valorização Ambiental”.

Tabela 13| Matriz de Oportunidades e Riscos para o Fator Crítico para a Decisão “Emprego e Qualificação Humana”, “Dinâmica Territorial”, Riscos” e Valorização Ambiental”.

		EMPREGO E QUALIFICAÇÃO HUMANA		DINÂMICA TERRITORIAL	RISCOS		VALORIZAÇÃO AMBIENTAL	
		DINAMISMO ECONÓMICO E INOVAÇÃO	QUALIFICAÇÃO/FORMAÇÃO	USO DO SOLO	RISCOS TECNOLÓGICOS	RISCOS MISTOS	QUALIDADE AMBIENTAL	CONSERVAÇÃO/PROMOÇÃO AMBIENTAL
01	Proteger e valorizar o património natural e paisagístico e a biodiversidade	+	0	++	++	++	+	++
02	Preservar e valorizar o património cultural e os recursos culturais endógenos	+	0	++	+	+	+	++
03	Criar uma rede de estruturas de conhecimento, ensino, investigação e cultura	++	++	0	0	0	0	++
04	Reforçar o papel da cidade e diminuir as assimetrias territoriais	++	++	+/-	0	0	++	0
05	Criar condições de dinamismo económico	++	++	0	-	-	0	+
06	Reforço das infraestruturas e nível de atendimento	++	0	+/-	+	+	++	+

(+; ++) Oportunidade; (-; --) Risco; (+/-) Relação neutra ou incerta; (0) Sem relação

○ DINAMISMO ECONÓMICO E INOVAÇÃO

O **O1** e **O2** relacionados com a proteção valorização do património natural e paisagístico e a biodiversidade, bem como a preservação e valorização do património cultural e os recursos culturais e endógenos apresenta uma relação positiva com o critério de avaliação Dinamismo Económico e Inovação, na medida em que poderá contribuir para a atividade turística, constituindo um estímulo para a instalação de atividades conexas, gerando dessa forma mais postos de trabalho.

Dos vários objetivos do Plano destacam-se aqueles que naturalmente têm uma relação mais direta com este critério de avaliação nomeadamente os **O3**, **O4**, **O5** e **O6**, na medida em que procuram criar condições para o aparecimento de atividade económica e investimento diferenciador, bem como de relações de proximidade local, municipal e intermunicipal.

○ QUALIFICAÇÃO/FORMAÇÃO

De todos os objetivos destaca-se, naturalmente, o **O3** e **O5**, nomeadamente por estarem relacionadas com a possibilidade de desenvolvimento de uma rede de estruturas de conhecimento, ensino, investigação e cultura e dinamismo económico que necessitam de mão-de-obra qualificada, neste sentido poderão constituir-se como um estímulo para a formação dos residentes, bem como incentivo á fixação de população qualificada.

A diminuição de assimetrias territoriais, tal como já foi referido, permite relações de proximidade local, municipal e intermunicipal, que terá, certamente um impacte positivo na atração de população qualificada, bem como incentivar a população residente a melhorar os níveis de formação, como resposta de aparecimento de atividade económica e investimento diferenciador.

○ USO DO SOLO

O **O1** e **O2** relacionados com a proteção valorização do património natural e paisagístico e a biodiversidade, bem como a preservação e valorização do património cultural e os recursos culturais e endógenos apresenta uma relação positiva com o critério de avaliação Uso do Solo, na medida em que poderá contribuir para a uma melhor definição e delimitação dos atuais usos do solo e desta forma melhorar a gestão do território.

Ao nível dos objetivos **O4** e **O6** temos uma relação neutra ou de incerteza. Assim poderemos destacar positivamente a implementação do **O4** e **O6** que será uma oportunidade de melhorar a dinâmica territorial concelhia, evitando uma ocupação dispersa, alcançando assim um melhor uso do solo. Como ponto menos positivo temos que a implementação destes objetivos poderá implicar um aumento da artificialização do solo e uma diminuição das áreas ocupadas por Rede Natura 2000 e condicionantes biofísicas importantes como a Reserva Agrícola Nacional e a Reserva Ecológica Nacional.

○ RISCOS TECNOLÓGICOS E RISCOS MISTOS

O **O1** e **O2** relacionados com a proteção valorização do património natural e paisagístico e a biodiversidade, bem como a preservação e valorização do património cultural e os recursos culturais e endógenos apresenta uma relação positiva com estes dois critérios de avaliação, na medida em que poderão contribuir para a diminuição ou minimização dos riscos naturais e tecnológicos. Atendendo que grande parte do território tem um cariz rural, a preservação e o cuidado destes espaços irá contribuir para a diminuição dos riscos.

Relativamente ao **O5** poderá ser o único objetivo que apresenta riscos ao nível da temática desenvolvida por este Fator Crítico para a Decisão. A dinamização económica se estiver relacionada com a implantação de novas atividades industriais poderá aumentar os riscos, especialmente os associados a riscos tecnológicos e ambientais. Assim, para que a implementação deste objetivo não seja

visto de uma forma pejorativa para o concelho deverá sempre ter associado a ele medidas de diminuição, minimização e controlo de riscos.

O **O6** apresenta é visto como uma oportunidade. A melhoria das infraestruturas nomeadamente das vias de comunicação permite o melhor acesso a bombeiros em caso de uma emergência. A existência de uma rede viária coerente e articulada com a rede já existente irá atuar como uma fator positivo ao nível das acessibilidades e mobilidade rodoviária. As melhorias das infraestruturas de saneamento de águas residuais irão permitir um melhor funcionamento das mesmas e ao mesmo tempo contribuir para que não haja problemas de infiltração de águas residuais não tratadas nos sistemas aquíferos.

○ QUALIDADE AMBIENTAL

O **O1** e **O2** relacionados com a proteção valorização do património natural e paisagístico e a biodiversidade, bem como a preservação e valorização do património cultural e os recursos culturais e endógenos apresenta uma relação positiva com o critério de avaliação Qualidade Ambiental, na medida em que poderá contribuir para melhoria da qualidade de local quer das populações quer do ambiente.

Dos vários objetivos do Plano destacam-se aqueles que naturalmente têm uma relação mais direta com este critério de avaliação nomeadamente os **O4** e **O6**, na medida em que procuram criar condições para que a Qualidade Ambiental seja uma “bandeira” do município e seja um atrativo para a população. O aumento da cobertura de infraestruturas de abastecimento de águas e de drenagem e tratamento de águas residuais tem uma implicação direta e importante na qualidade de vida da população. A adequada infraestruturização deste sistema bem como a sua manutenção e monitorização tem uma implicação indireta nas perdas de águas e melhoria da prestação do serviço, que tem registado no município de Cantanhede uma melhoria.

O mesmo se passa com os resíduos gerados. Assim, os resíduos devem ser alvo de uma gestão própria e destino adequado, em função das suas características, garantindo a preservação dos recursos naturais e a minimização dos impactes negativos sobre a saúde pública e sobre o ambiente.

Assim é importante, para além da manutenção e monitorização destes sistemas como forma de prestar um serviço de qualidade e acessível a todos, será igualmente importante investir na participação, sensibilização e responsabilização da população.

Um território ambientalmente saudável é sem dúvida um atrativo, e uma mais-valia, servindo de imagem de mais uma imagem de marca concelhia. As infraestruturas são sem dúvida um sistema com implicações positivas na qualidade de vida da população e conseqüentemente na qualidade ambiental. Assim, a cobertura de um concelho por estas infraestruturas certamente melhora as condições da qualidade de vida da população, da qualidade ambiental e da estrutura urbana.

Os objetivos **O3** e **O5** são os que não apresentam relação com este Critério de Avaliação.

○ CONSERVAÇÃO/PROMOÇÃO AMBIENTAL

Verificamos uma clara relação positiva com todos os objetivos enunciados para a revisão do PDM de Cantanhede.

De todos os objetivos destaca-se, naturalmente, o **O1**, **O2** e **O3**, nomeadamente por estarem relacionadas com a oportunidade de valorização do Património nas suas várias vertentes (natural e paisagístico e biodiversidade, cultural e endógenos). A identificação de áreas problemáticas, especialmente se se localizarem em espaços com valor natural ou na proximidade poderá constituir uma oportunidade para a Conservação/Promoção ambiental.

Sabemos que é muito importante a educação, pois cada vez mais temos a noção que esta é um veículo poderoso de informação, assim sendo é de elevada importância criar uma rede de estruturas de conhecimento, ensino, investigação e cultura. No município de Cantanhede verificamos por um lado o investimento deste tipo de estruturas, por outro a sensibilização, nomeadamente da população mais jovem relativamente ao Ambiente, aos cuidados que devemos ter com Ambiente e acima de tudo dos benefícios que um “Bom Ambiente” pode trazer para a população bem como para a economia local.

Os objetivos **O5** e **O6**, apesar de apresentarem uma relação positiva com a Conservação/Promoção ambiental, têm um peso menor. Poderemos dizer que indiretamente são um incentivo.

O objetivo **O4** é o que não apresenta relação com este Critério de Avaliação.

8.1 DIRETRIZES PARA O SEGUIMENTO

Atendendo ao exposto relativamente a este Fator Crítico para a Decisão, de seguida são expressas as diretrizes para a fase de seguimento. As diretrizes podem ser de planeamento, gestão e/ou monitorização

Tabela 14| Diretrizes para o seguimento para os FCD

FCD	PLANEAMENTO E GESTÃO
EMPREGO E QUALIFICAÇÃO HUMANA	<ul style="list-style-type: none"> – Incentivar a fixação de população jovem – Promover a integração socioprofissional da população local na implantação das atividades económicas/industriais – Assegurar o desenvolvimento de programas de formação – Promover atividades económicas, diversificar, complementar e modernizar a base produtiva numa perspetiva de sustentabilidade
	<p>MONITORIZAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> – Monitorização da criação de emprego por fileira produtiva – Monitorização da proporção de população residente a trabalhar nos estabelecimentos sedeados no município – Monitorização da taxa de constituição/dissolução de empresas – Monitorização das taxas de atividade e de desemprego, por género – Monitorização do volume global de negócios das empresas sedeadas – Monitorização dos níveis de qualificação académica e profissional da população residente
FCD	PLANEAMENTO E GESTÃO
DINÂMICA TERRITORIAL	<ul style="list-style-type: none"> – Criar incentivos à fixação de população jovem no município – Promover a proteção e preservação dos recursos naturais no concelho – Assegurar que a implantação de infraestruturas é compatibilizada com as áreas ecologicamente sensíveis, ou de reconhecido valor paisagístico e patrimonial, com as áreas mais densamente povoadas
	<p>MONITORIZAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> – Monitorizar a dinâmica demográfica das várias freguesias concelhias – Monitorizar os efeitos da política de ordenamento, planeamento e gestão do território na dinâmica populacional e na ocupação e uso do solo – Monitorizar o uso do solo nas áreas mais sensíveis como Rede Natura 2000 e componentes biofísicas como a RAN e REN – Monitorizar a integração das orientações estratégicas nacionais e regionais nas políticas, planos e programas municipais

FCD	PLANEAMENTO E GESTÃO
RISCOS	<ul style="list-style-type: none"> – Promover ações de sensibilização relativas à preservação e proteção do espaço florestal – Avaliar e monitorizar os fogos florestais, bem como assegurar a implementação de medidas de vigilância e reflorestação de áreas ardidas – Avaliar a eficácia das medidas de prevenção e combate aos incêndios florestais definidas pelo PMDFCI – Proceder ao levantamento das atividades que possam induzir, potenciar os riscos decorrentes das suas atividades
	MONITORIZAÇÃO
	<ul style="list-style-type: none"> – Avaliar e monitorizar os fogos florestais, bem como assegurar a implementação de medidas de vigilância e reflorestação de áreas ardidas
FCD	PLANEAMENTO E GESTÃO
VALORIZAÇÃO AMBIENTAL	<ul style="list-style-type: none"> – Continuação na promoção e desenvolvimento de ações de sensibilização ambiental para toda a população – Dinamizar a promoção do património (natural, paisagístico, cultural e endógeno) – Promover a proteção e preservação dos recursos naturais no concelho – Promover a proteção e preservação dos recursos naturais no concelho – Cumprimento das metas estabelecidas nos programas e planos sectoriais
	MONITORIZAÇÃO
	<ul style="list-style-type: none"> – Monitorização e melhoria contínua dos sistemas gestão e abastecimento de águas, bem como dos sistemas de gestão de drenagem e tratamento de águas residuais

9 QUADRO DE GOVERNANÇA PARA A AÇÃO

O presente ponto serve para identificar as responsabilidades institucionais dos vários intervenientes na Avaliação Ambiental Estratégica, no processo de implementação do Plano Diretor Municipal de Cantanhede. Assim, identifica-se um quadro de governança para o Plano que garanta o cumprimento dos objetivos definidos relativos aos Fatores Críticos para a Decisão, bem como à concretização das diretrizes propostas.

Na Tabela 15 são identificadas as entidades e os agentes que se considera ter um papel importante na operacionalização, monitorização e gestão das ações previstas

Tabela 15| Quadro de Governança para a ação no âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica da Revisão do Plano Diretor Municipal de Cantanhede.

Entidades	Ações
Câmara Municipal de Cantanhede	<ul style="list-style-type: none"> – Controlar/monitorizar as infraestruturas existentes, nomeadamente ao nível da rede de abastecimento de água, drenagem e tratamento de águas residuais e recolha, tratamento e valorização residuais e resíduos – Assegurar a implementação, funcionamento e manutenção das infraestruturas de abastecimento de água e de recolha e tratamento de água residuais previstas de modo assegurando a melhoria da qualidade de vida da população e melhoria das condições ambientais – Manter atualizada as perspetivas de cobertura dos sistemas de recolha e tratamento de águas – Estabelecer orientações e metas municipais de proteção e requalificação ambiental e assegurar a sua monitorização em colaboração com outras entidades (CCDR-Centro, ARH, APA, DGOTDU, etc.) – Monitorizar e controlar potenciais fontes de poluição – Fomentar e apoiar os processos de participação pública
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro	<ul style="list-style-type: none"> – Manter atualizadas as perspetivas e orientações de desenvolvimento regional – Monitorizar as necessidades regionais – Fomentar e apoiar os processos de participação pública
Agência Portuguesa do Ambiente	<ul style="list-style-type: none"> – Manter atualizados os diagnósticos e respetivas metas e objetivos ambientais – Manter atualizado as orientações regionais em matéria de proteção e valorização dos recursos hídricos

Entidades	Ações
Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano	– Manter atualizadas as perspetivas de desenvolvimento do território nacional
Instituto da Água	– Manter atualizado o sistema de monitorização e informação relativamente aos recursos hídricos
Instituto da Conservação da Natureza e Florestal	– Intensificar os esforços de acompanhamento, monitorização e controlo das áreas florestais – Intensificar os esforços de acompanhamento, monitorização e controlo das áreas integradas em Rede Natura 2000 – Manter atualizada a informação relativamente à Rede Natura 2000 e Florestas
Instituto do Emprego e Formação Profissional	– Manter atualizadas as estatísticas e indicadores sobre o mercado de emprego e formação profissional
População em geral	– Adotar práticas quotidianas de proteção e valorização ambiental – Participar no processo de consulta pública – Adotar comportamentos de prevenção aos riscos naturais

10 CONCLUSÃO

O presente relatório constitui o Resumo Não Técnico produzido na sequência da elaboração do Relatório Ambiental da Revisão do Plano Diretor Municipal de Cantanhede.

Constatou-se a existência de um potencial conflito entre as Questões Estratégicas “Criar condições de dinamismo económico” e “Proteger e valorizar o património natural e paisagístico e a biodiversidade”, nomeadamente ao nível do dinamismo de atividades que possam ter impacto negativo ao nível do ambiente.

Da análise de eventuais efeitos significativos no ambiente resultam que existem mais efeitos de natureza positiva do que de natureza negativa. Será de referir que de acordo com as intenções do Plano os efeitos de natureza negativa surgem ao nível do Solo ao passo que os efeitos de natureza positiva sugerem em especial ao nível da Biodiversidade e Flora, População, Saúde Humana, Bens Materiais, Água, Paisagem.

Verifica-se que a implementação do Plano Diretor Municipal de Cantanhede apresenta um conjunto de oportunidades, e riscos. Assim para cada um dos Fatores Críticos para a Decisão temos:

- **EMPREGO E QUALIFICAÇÃO HUMANA:** apresenta maioritariamente relações positivas ou incertas com os objetivos enunciados para a revisão do PDM de Cantanhede. Nenhum dos objetivos enunciados constitui-se como um fator de risco para o FCD enunciado. Assim será possível contribuir para a atividade turística e criar condições para o aparecimento de atividade económica e investimento diferenciador, constituindo um estímulo para a instalação de atividades conexas, gerando dessa forma mais postos de trabalho. Por outro lado o desenvolvimento de uma rede de estruturas de conhecimento, ensino, investigação e cultura e dinamismo económico com necessidades de mão-de-obra qualificada, poderão constituir-se como um estímulo para a formação dos residentes, bem como incentivo á fixação de população qualificada.
- **DINÂMICA TERRITORIAL:** os objetivos apresentados apresentam relações positivas e neutra ou incerteza com os objetivos enunciados para a revisão do PDM de Cantanhede. Nenhum dos objetivos enunciados constitui-se como um fator de risco para o FCD enunciado. Assim pretendemos contribuir para a uma melhor definição e delimitação dos atuais usos do solo e desta forma melhorar a gestão do território. Poderemos ainda considerar que os objetivos são uma oportunidade de melhorar a dinâmica territorial concelhia, evitando uma ocupação dispersa, alcançando assim um melhor uso do solo. Por outro lado, não poderemos nunca descorar que a implementação destes objetivos poderá implicar um aumento da

artificialização do solo e uma diminuição das áreas ocupadas por Rede Natura 2000 e condicionantes biofísicas importantes como a Reserva Agrícola Nacional e a Reserva Ecológica Nacional.

- **Riscos:** relativamente aos objetivos enunciados por um lado teremos que estes poderão contribuir para a diminuição ou minimização dos riscos naturais e tecnológicos. Atendendo que grande parte do território tem um cariz rural, a preservação e o cuidado destes espaços irá contribuir para a diminuição dos riscos. A melhoria das infraestruturas nomeadamente das vias de comunicação permite o melhor acesso a bombeiros em caso de uma emergência. A existência de uma rede viária coerente e articulada com a rede já existente irá atuar como um fator positivo ao nível das acessibilidades e mobilidade rodoviária. As melhorias das infraestruturas de saneamento de águas residuais irão permitir um melhor funcionamento das mesmas e ao mesmo tempo contribuir para que não haja problemas de infiltração de águas residuais não tratadas nos sistemas aquíferos. No entanto a dinamização económica se estiver relacionada com a implantação de novas atividades industriais poderá aumentar os riscos, especialmente os associados a riscos tecnológicos e ambientais. Assim, para que a implementação deste objetivo não seja visto de uma forma pejorativa para o concelho deverá sempre ter associado a ele medidas de diminuição, minimização e controlo de riscos.
- **VALORIZAÇÃO AMBIENTAL:** ao nível deste Fator Crítico para a Decisão verifica-se que apresenta maioritariamente relações positivas com os objetivos enunciados para a revisão do PDM de Cantanhede, na medida em que poderá contribuir para melhoria da qualidade de local quer das populações quer do ambiente. O aumento da cobertura de infraestruturas de abastecimento de águas, de drenagem e tratamento de águas residuais e resíduos urbanos tem uma implicação direta e importante na qualidade de vida da população. A adequada infraestruturização deste sistema bem como a sua manutenção e monitorização tem uma implicação indireta nas perdas de águas e melhoria da prestação do serviço, que tem registado no município de Cantanhede uma melhoria. Um território ambientalmente saudável é sem dúvida um atrativo, e uma mais-valia, servindo de imagem de mais uma imagem de marca concelhia. As infraestruturas são sem dúvida um sistema com implicações positivas na qualidade de vida da população e consequentemente na qualidade ambiental. No município de Cantanhede verificamos por um lado o investimento deste tipo de estruturas, por outro a sensibilização, nomeadamente da população mais jovem relativamente ao Ambiente, aos cuidados que devemos ter com Ambiente e acima de tudo dos benefícios que um “Bom Ambiente” pode trazer para a população bem como para a economia local.

Assim, em função dos seus efeitos positivos e negativos a atuação no Plano Diretor Municipal de Cantanhede deverá maximizar os seus benefícios e reduzir ao máximo os efeitos negativos resultantes da sua implementação.